

O FINANCIAMENTO DA SAFRA AGRÍCOLA 1996/97: situação atual

Valquíria da Silva¹
Leila Campos Vieira¹

O Plano de Safra 1996/97, lançado pelo governo em fins de junho de 1996, confirma a tendência à transferência do financiamento da produção agropecuária ao setor privado, indica um direcionamento mais seletivo do crédito oficial via Programas Especiais e maior seriedade no emprego dos instrumentos ligados à comercialização - formação e controle de estoques reguladores e definição dos preços para intervenção (preços mínimos).

Em termos da condução da política agrícola tem-se a redução na importância relativa do Crédito Rural oficial, o qual historicamente havia se constituído em seu principal instrumento de atuação. Assim, ainda que o volume total previsto de recursos e a redução na taxa de juros no caso dos recursos obrigatórios² pudessem sugerir maior facilidade de acesso ao crédito rural na presente safra, a securitização das dívidas, a extinção das operações de Empréstimos do Governo Federal com opção de venda (EGF-COV) e o saneamento financeiro pelo qual passam os principais bancos envolvidos com este instrumento têm agido em sentido inverso.

Nesta safra, os agentes financeiros têm sido mais exigentes na seleção dos interessados em tomar empréstimos da Carteira Agrícola. Em função dos critérios baseados na disponibilidade de garantias dos tomadores, da perspectiva de comportamento de preço futuro dos produtos e da demanda superior à oferta de recursos disponíveis³, de modo geral não foram poucos os entraves colocados aos produtores rurais para acederem ao financiamento da produção.

Além disso, os agentes financeiros

normalmente demonstram pouco interesse em operar com pequenos produtores, alegando altos custos de administração desse tipo de contrato, o que tem comprometido a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), principal linha de financiamento apoiada pelo Governo. No intuito de simplificar e agilizar a operacionalização do Programa, foi publicada a Resolução BACEN nº 2.321, de 09/10/96, que deverá facilitar o acesso dos produtores que buscam esses recursos.

A captação de recursos externos através da Resolução 2.168 ou 63 caipira vem crescendo em importância nesta safra. Até agosto, o volume captado por essa via somava US\$2,4 bilhões contra R\$140 milhões do mesmo período do ano anterior. O custo dos recursos da 63 caipira gira em torno de 15% ao ano mais variação cambial.

As fontes alternativas de financiamento, como as Cédulas de Produto Rural (CPRs) e os Certificados de Mercadoria com Emissão Garantida (CMGs), que vinham assumindo importância relativa frente às fontes tradicionais de recursos, têm apresentado, até o presente momento, comportamento aquém do que estava sendo esperado.

Especificamente com relação às CPRs, cujo acesso é assegurado aos produtores de café, milho, soja e boi gordo, o principal fator responsável pelo reduzido número de contratos, ao contrário do ocorrido para os recursos obrigatórios, é a falta de interesse dos produtores em comprometer a venda antecipada de seus produtos. Esta decorre das expectativas dos produtores sobre o preço efetivo no período de comercialização, entendendo que este deverá ser superior às cotações futuras atuais das Bolsas de Mercado Futuro e de suas expectativas de repasse do diferencial de custo (redução), resultante da isenção do ICMS para os produtos exportáveis. Nesse período inicial da safra, isso vem ocorrendo principalmente com os produtores de soja. A opção nesses casos tem sido pelo

¹Engenheiro Agrônomo, MS, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

²O volume de recursos estimados pelo Governo é superior em 32% em termos nominais ao aplicado no ano agrícola 1995/96 - e a taxa de juros caiu de 16% a.a. para 12% a.a.

³A taxa de juros de 12% a.a. torna o recurso do crédito rural oficial extremamente competitivo frente a outras fontes de financiamento agrícola e, conseqüentemente, age como estimulante da demanda.

financiamento com recursos obrigatórios e/ou externos e/ou próprios.

Com relação aos CMGs, a dificuldade maior está na obtenção de fiança bancária devido ao acordo de Basileia, assinado no final do ano passado, segundo o qual toda fiança deve estar lastreada no patrimônio líquido do banco. Conseqüentemente, estão sendo cobradas taxas muito elevadas para sua obtenção. Tentando solucionar o problema, está sendo estudado pela Central de Registros um sistema de seguro para substituir a fiança bancária. Contudo, qualquer

que seja o seu resultado, não deverá alterar as condições atuais de financiamento.

Apesar das condições relativamente adversas de acesso ao financiamento rural, já foram aplicados cerca de R\$3 bilhões. Considerando-se ainda os resultados econômicos obtidos com a comercialização da safra anterior e a sinalização positiva do comportamento dos preços futuros dos principais produtos, acredita-se que as previsões elaboradas pelos analistas de mercado devem ser confirmadas.